



PRIMEIRO
MINISTRO

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO
POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DA TOMADA DE POSSE DO
VI GOVERNO CONSTITUCIONAL**

Palácio Lahane, Díli
16 de Fevereiro de 2015



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Díli, Timor-Leste

Sua Excelência Senhor Presidente da República
Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Sua Excelência Senhor Presidente do Tribunal de Recurso
Suas Excelências Ex-Titulares dos Órgãos de Soberania
Sua Excelência Reverendíssima
Senhor Bispo Dom Basílio do Nascimento

Distintos Senhores Membros do Parlamento Nacional
Distintos Senhores Membros do Governo

Excelentíssimos
Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e
Senhor Comandante Geral da Polícia Nacional Interino

Excelentíssimos
Senhores Representantes do Corpo Diplomático
Senhores Representantes das Agências Internacionais
Senhores Representantes da Sociedade Civil

Ilustres Convidados
Senhoras e Senhores
Povo Timorense,

É com verdadeira honra e sentido de responsabilidade que recebo hoje a missão de conduzir o VI Governo Constitucional.

Em primeiro lugar, quero agradecer a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, a confiança desta nomeação. Quero reafirmar também o meu compromisso e lealdade perante a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, perante a Lei e os princípios de separação de poderes, sem descurar a indispensável cooperação institucional e o respeito pelo papel do Chefe de Estado, do Parlamento Nacional e dos Tribunais.

Hoje é um dia marcadamente histórico na vida política de Timor-Leste. Às circunstâncias excepcionais que levaram à formação deste VI Governo, junta-se uma lógica mais pragmática para servir o interesse nacional acima de qualquer outro interesse. Nesta, a conjugação de vontades, experiências, talentos e qualificações suplantam a tradicional adversariedade político-democrática para dar solução aos desafios que o país enfrenta.

O elenco do VI Governo, sem demérito das suas convicções políticas, vai colocar os interesses do Povo, acima de quaisquer interesses partidários. É pois meu dever agradecer também o senhor Presidente do CNRT, à comissão política nacional do CNRT e ao partido no seu todo, bem como à liderança dos outros dois partidos no Bloco de coligação. Honra-me também agradecer o partido a que pertenço, a histórica e gloriosa FRETILIN, que sempre soube sacrificar-se em prol dos interesses comuns da Pátria Maubere. Sem a

confiança, tanto do CNRT como dos seus dois parceiros no Bloco, e sem a aceitação da FRETILIN, não teríamos feito hoje história.

Em 1984, Kay Rala Xanana Gusmão optou por uma política de unidade nacional como estratégia principal rumo à Libertação da Pátria. Vários camaradas de armas discordaram, mas o ímpeto da unidade continuou inexoravelmente alcançando, 15 anos depois, a meta desejada. Trinta anos volvidos, hoje, a história repete-se. Kay Rala Xanana Gusmão opta pela mesma via rumo à Libertação do Povo. Coincidências históricas ou não, faltam 15 anos para o término do período estipulado para alcançar as metas previstas no Plano Estratégico de Desenvolvimento, e ela, a história, nos julgará em 2030.

Hoje é também um dia marcante para a história da democracia do nosso país. Hoje é o dia em que o futuro é resgatado do passado, no qual os nossos irmãos mais velhos, os pais da nossa Nação, passam a responsabilidade de governação aos mais novos.

E os nossos líderes mais velhos, fazem-no, como sempre fizeram, ponderando os riscos e a necessidade primordial de consolidação da nossa jovem democracia. Fazem-no de forma gradual, sem rupturas, sem vácuo! Fazem-no, como sempre nos habituámos a ver, talvez até sem verdadeira consciência disso, com coragem e integridade e com uma sábia liderança.

Não posso deixar de reverenciar aqui Suas Excelências, os saudosos Nicolau dos Reis Lobato, Francisco Xavier do Amaral, Nino Konis Santana e Mau-Hodu, assim como centenas de quadros médios e superiores e os cerca de duzentos mil Timorenses tombados durante a luta de libertação. Reverencio também e com particular estima os nossos irmãos mais velhos Kay Rala Xanana Gusmão, Má-Hunu, Taur Matan Ruak, Francisco Guterres Lu-Olo, Lere Anan Timur, Mari Alkatiri, José Ramos-Horta, Rogério Tiago Lobato, Abílio de Araújo e José Luís Guterres, felizmente hoje ainda vivos entre nós. Todos eles, nossos heróis nacionais, enaltecem a herança que nos legaram e que nós agora, os da geração mais nova, temos a responsabilidade de perpetuar. Acredito que somos merecedores da confiança que agora nós é transmitida.

Estes nossos irmãos mais velhos que lutaram durante quatro décadas para chegarmos a um dia como o de hoje - com armas de guerra ou de diplomacia, com sangue e lágrimas, com trabalho e sacrifício - lado a lado com tantos outros heróis nacionais, ofereceram-nos a nossa Independência nacional.

Depois, continuaram a luta, a da construção dos alicerces do nosso Estado. Edificaram as nossas instituições democráticas e traçaram aquilo que é a essência dos valores democráticos de Timor-Leste: a paz, a reconciliação, a solidariedade, o pluralismo, a tolerância e o diálogo.

E se os mais velhos um dia decidiram que a unidade nacional era crucial para garantir a sobrevivência da nossa Nação, conduzindo-nos à nossa liberdade, nos dizem que hoje é novamente necessário convergir ideias, políticas, acções e prioridades em torno da causa

comum de consolidação e desenvolvimento de Timor-Leste, nós, os mais jovens, temos que dizer sim, que estamos prontos!

Estamos prontos, conscientes da nossa história de resistência que temos de preservar. Estamos unidos para assumir maiores responsabilidades de liderança e, se for o caso, aprender com os nossos próprios erros.

Vossa Excelência Ex-Primeiro-Ministro, Kay Rala Xanana Gusmão, os seus esforços pela unidade nacional e pela soberania e desenvolvimento do país são absolutamente notáveis e, dificilmente, algum de nós, os mais jovens, conseguiremos igualar o seu carisma e a sua estatura política. Por esta razão, sinto-me profundamente honrado pelo privilégio de ter recaído sobre mim a tarefa de dirigir a continuidade do seu legado, e de todos os demais combatentes da Libertação Nacional, que ainda deve continuar sem tréguas, até à Libertação do Povo. Comprometo-me desta forma a trabalhar em estreita cooperação, numa imprescindível dinâmica de equipa, com os ministros, vice-ministros, secretários de Estado e particularmente com o Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico do VI Governo Constitucional, e fazemos assim, todos juntos, justiça à sua visão e liderança.

É nosso dever, é nossa obrigação, refiro-me particularmente à equipa do VI Governo Constitucional e dum modo geral a cada cidadão Timorense, honrar os feitos dos nossos antecessores, dignificando o seu legado. A união deste sangue novo, das nossas energias, capacidades e competências – porque se somos tecnicamente capazes, precisamos de ser também disciplinados e empenhados como aqueles que nos precederam – poderá elevar ainda mais o compromisso de melhor prestação de serviços e de melhores condições de vida ao povo de Timor-Leste.

Suas Excelências
Senhoras e Senhores,

É indiscutível que estamos a herdar um país estável, seguro e pacífico e em franco crescimento económico.

E por isso, não seria justo não destacar aqui hoje os progressos já alcançados e que fazem de Timor-Leste um país cada vez mais forte e capaz, demonstrados por um notável percurso nos últimos treze anos.

A paz e o sossego em que se vive em qualquer local do país não seriam possíveis sem as fundamentais reformas introduzidas nos sectores da defesa e da segurança. Iremos continuar a implementar os planos estratégicos destes sectores de forma a assegurar a profissionalização, integridade, capacitação e capacidade das nossas Forças Armadas e da nossa Polícia Nacional.

Neste contexto, iremos também dar mais atenção ao patrulhamento e vigilância da nossa costa marítima, para proteger os nossos corais e recursos piscatórios das incursões ilegais no nosso mar.

As taxas médias de crescimento económico de cerca de 12,5% ao ano entre 2007 e 2011, e de cerca de 7% nos últimos três anos, não teriam acontecido sem as importantes reformas no âmbito da gestão das finanças públicas e do investimento público essencial à diversificação económica do país.

O aumento da actividade económica do país e os sinais positivos da existência de um sector privado emergente, resultam de uma série de iniciativas que importa continuar a desenvolver, como a Câmara de Comércio e Indústria, a Agência Especializada de Investimento, a preparação do Banco de Desenvolvimento, o Banco Comercial, o “balcão único - SERVE”, e os apoios concedidos a pequenas e médias empresas, cooperativas e grupos industriais e comerciais.

As instituições criadas como a Câmara de Contas, a Comissão Anti-Corrupção, a Comissão da Função Pública, a Agência de Desenvolvimento Nacional, a Comissão Nacional de Aprovisionamento entre outras, vieram reforçar e assegurar tarefas fundamentais de gestão, controlo, supervisão e fiscalização dos dinheiros e bens públicos, também como forma de combate ao flagelo da corrupção.

A criação do Fundo Petrolífero, no I Governo, permitiu uma gestão responsável e transparente dos recursos para o benefício das gerações actuais e das gerações futuras, contando actualmente com mais de 16 mil milhões de dólares americanos, que importa proteger e investir de forma sustentável. Também a estratégia de diversificação, com a emenda à Lei do Fundo Petrolífero, em 2011, revelou-se importante e veio aumentar o volume das receitas do Fundo.

A percepção de uma total transparência sobre o sector do petróleo é o resultado da criação de sistemas rigorosos e responsáveis para gerir os recursos da nação. A criação de órgãos reguladores como a Autoridade Nacional do Petróleo, o estabelecimento do modelo de transparência de Timor-Leste e de um sistema a nível mundial de gestão de receitas, levou a que fôssemos o primeiro país na Ásia-Pacífico e o terceiro do mundo inteiro a receber o estatuto de conformidade com a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas.

Os Fundos Especiais, das Infra-estruturas e do Desenvolvimento do Capital Humano, vieram contribuir para melhorar quantitativamente, infra-estruturas essenciais e recursos humanos.

O plano integrado de desenvolvimento de infra-estruturas básicas, incluindo a construção de redes rodoviárias, e o acesso à electricidade, sendo este aliás o maior investimento em infra-estruturas do país até à data, poderão permitir o desenvolvimento de todos os sectores, incluindo os da saúde e da educação.

A justiça social, com o apoio e reconhecimento aos heróis da libertação nacional e os apoios aos mais vulneráveis, mães, viúvas, idosos, deficientes e crianças, honram o ideal de liberdade pelo qual os nossos avós, pais e irmãos lutaram, e é um marco importante da governação anterior. Passos importantes estão a ser dados para o estabelecimento de um

regime de segurança social, com a contribuição responsável de todos para a necessária sustentabilidade do Estado social que defendemos e queremos na nossa sociedade.

O processo de descentralização administrativa e o projecto de criação de municípios, sem esquecer os sucos e as lideranças tradicionais, intervenções tão necessárias a uma melhor e mais justa distribuição de recursos, juntamente com os PDID e o PNDS, têm vindo a dotar as áreas rurais de meios para fazer face às necessidades das suas populações, ao mesmo tempo que incentivam o empresariado e o desenvolvimento económico local.

Ainda numa perspectiva de continuidade que queremos imprimir ao VI Governo, não posso deixar de mencionar os esforços desenvolvidos que granjearam a credibilidade da imagem de Timor-Leste a nível internacional.

Timor-Leste, apesar das suas crises e retrocessos, foi capaz de as ultrapassar e assumir a liderança dos seus sectores estratégicos, como a segurança interna. Com a saída das Forças de Estabilização Internacionais e da Missão das Nações Unidas do nosso país, em finais de 2012, somos vistos como um país que aprendeu com as suas próprias fragilidades, investiu na reconciliação e conquistou um clima de paz social e política.

Para além das relações diplomáticas e de amizade que fomos estabelecendo com praticamente todos os países do mundo, temos vindo a participar cada vez mais nos fora internacionais para partilhar os desafios e êxitos da nossa história.

Temos excelentes relações com os nossos vizinhos mais próximos, Austrália e Indonésia, e continuaremos a promover também os laços históricos e de amizade com Portugal. A cooperação com estes países, bem como os Estados Unidos da América, China, Japão, Coreia do Sul, Cuba, Brasil, Nova Zelândia e os países amigos de África, da ASEAN e da União Europeia, irá continuar a permitir o desenvolvimento do nosso país. Enquanto um dos dois únicos países católicos na região do sudeste asiático, esperamos assinar a concordata com a Santa Sé, até ao final deste ano, o que irá reforçar ainda mais os vínculos com a Igreja Católica.

Assumimos a presidência rotativa da CPLP, em Julho do ano passado, e vamos trabalhar com os outros oito países desta Comunidade para não só reforçar a nossa amizade como para fortalecer o crescimento desta instituição, através de uma maior cooperação económica e empresarial no seio da CPLP. Continuámos a trabalhar no processo de adesão à ASEAN e temos vindo a desempenhar um papel de liderança e de solidariedade internacional, consubstanciados numa estrutura como o g7+ ou na intervenção decisiva de apoio às eleições na Guiné-Bissau e a sua reposição à ordem constitucional.

Suas Excelências
Senhoras e Senhores,

Se o peso da responsabilidade de governação parece aparentemente mais leve quando reflectimos nos progressos que já foram alcançados, torna-se gigante quando olhamos para tudo o que ainda falta fazer.

Não tenhamos ilusões quanto aos desafios que subsistem nos mais diversos sectores. Uma das dificuldades que desde já enfrentamos é a falta de dados e de indicadores fiáveis sobre a actual situação do país. Os últimos dados oficiais que temos sobre a pobreza remontam a 2009 e indicam-nos que quase metade da população vivia abaixo da linha nacional da pobreza. Já passaram cinco anos e sabemos que o crescimento económico tem sido uma realidade, mas sabemos também que os benefícios deste não chegam a toda a gente.

O Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de 2014, os do Índice de Desenvolvimento Humano de 2013 e o Índice da Fome de 2014, demonstram alguns sucessos mas também atestam a magnitude de trabalho que temos pela frente.

O nosso país só pode aspirar ao desenvolvimento e ao progresso se assegurarmos que a sua população é instruída e saudável. Mas para ser instruída e saudável é preciso ter que comer, ter acesso à água potável, ter habitação condigna. Por isso, a agricultura, a educação, a saúde, a água e saneamento e a habitação são os sectores vitais que exigem estratégia e investimento. Mas temos de ser realistas e definir metas realizáveis, de acordo com as necessidades mais prementes e os recursos disponíveis.

Mais de 50% da nossa população tem menos de 19 anos. Este dado por si só demonstra os desafios de uma governação que tem de ser virada para as necessidades e aspirações dos grupos mais representativos da nossa sociedade – as crianças e os jovens.

Todos temos direitos e deveres. O acesso à educação e ao conhecimento é o primeiro grande passo para criarmos uma sociedade inteligente e capaz de se posicionar perante a injustiça, a violência e a desigualdade.

A pobreza não pode ser uma condição permanente. Temos que facultar aos mais desfavorecidos as ferramentas para saírem desta condição. Os apoios sociais devem fazer sempre parte de uma sociedade solidária, mas a dignidade do ser humano, consubstanciado pelo princípio de subsidiariedade, passa também por este poder decidir o seu papel na sociedade.

Suas Excelências
Senhoras e Senhores,

Sabemos que temos um horizonte temporal limitado, menos de dois anos e meio, para dar forma e conteúdo a todos os compromissos assumidos perante o Povo e perante o eleitorado que legitimou o V e legitima o VI Governo Constitucional, mas estamos empenhados e com vontade de levar o país para a frente.

Não vimos trazer um programa novo. O Plano Estratégico e, ulteriormente, o programa do Governo anterior são para cumprir com uma maior ênfase na melhoria da prestação dos serviços e na qualidade das obras, numa forma eficiente, eficaz e responsável.

É nossa prioridade combater a cultura de burocratização na administração pública que se transformou num elefante com pés de barro.

O VI Governo vai empenhar-se na transição desse elefante com pés de barro para uma nova ordem burocrática mais leve, mais profissional, mais técnica e menos politizada. Nesta nova ordem, o mérito será privilegiado em detrimento do compadrio que resulta quase sempre em mediocridade. As qualificações e capacidades profissionais vão ser os critérios centrais para a colocação de funcionários e assessores nas posições.

O trabalho de equipa para a obtenção de resultados, o empenho dos membros do Governo, a responsabilidade – política, administrativa e criminal – sobre todos os actos e no âmbito das responsabilidades de cada um, não são requisitos preferenciais para desempenhar cargos públicos, são obrigatórios.

A responsabilização, a prestação de serviços de qualidade e a disciplina não são opcionais, são condições *sine qua non* para servir o Povo timorense. Esta transformação radical nas mentalidades dos nossos agentes públicos é fundamental.

A avaliação de desempenho e a medição de resultados obtidos serão os instrumentos capazes de aferir se esta transformação nas nossas estruturas mentais, administrativas e políticas, está a progredir.

Esta posição firme que vou exigir deste Governo e a mim próprio, de rigor e integridade, irá ser a pedra de toque deste executivo, com vista à boa governação, à transparência e ao combate à corrupção.

Suas Excelências
Senhoras e Senhores,

O Plano Estratégico de Desenvolvimento define um roteiro que materializa as necessidades e aspirações do povo timorense. Este plano é resultado de um processo de consulta pública aos 65 sub-distritos do país, dos contributos dos vários ministérios e da análise das experiências de outros países de forma a não cometermos os mesmos erros.

E o nosso plano diz-nos que a sustentabilidade e a diversificação económica são, senhoras e senhores, prementes. Timor-Leste tem um elevado potencial de desenvolvimento económico porque possui recursos naturais valiosos, incluindo recursos onshore que ainda estão por explorar e importantes reservas petrolíferas no mar de Timor.

Mas sabemos que estas reservas petrolíferas não são renováveis e no limite, no futuro, podem mesmo esgotar-se. Se temos a sorte de ainda termos reservas por explorar, continuamos também a ser um dos países mais dependentes do petróleo.

Por este motivo, temos que investir com responsabilidade, temos que investir de forma sustentável. Este é um grande desafio para qualquer governo, porque se temos que dar

resposta às necessidades actuais, temos também que criar soluções de longo prazo para as próximas gerações.

Neste sentido, umas das nossas prioridades é, à luz do direito internacional, assegurar a definição clara das nossas fronteiras marítimas e também terrestres. O Primeiro-Ministro vai presidir o Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas, aprovado no Parlamento Nacional no final do ano passado, com vista a que o povo de Timor-Leste possa exercer efectivamente poderes de soberania sobre o território nacional e sobre a zona marítima.

Todos sabemos que o preço do petróleo tem vindo a baixar e que neste momento todas as economias dependentes do petróleo, como é a nossa, estão vulneráveis. Por esta razão, mais do que nunca os investimentos do Governo têm que ser eficientes e não podem ser desperdiçados. E se o Plano Estratégico de Desenvolvimento tem as políticas certas para abordar este problema, já a sua implementação exige uma nova dinâmica.

Uma política fiscal sustentável e uma despesa pública coerente com o que foi planeado são essenciais para evitar o desperdício e conseguir resultados satisfatórios. Não podemos continuar a permitir o desperdício e a ineficiente utilização dos dinheiros públicos, maioritariamente provenientes do Fundo do Petróleo. Não devemos continuar a permitir que a nossa economia continue a ser uma economia de consumo, relegando para segundo plano os sectores que produzem valor acrescentado na economia. A diversificação económica deve começar a ganhar outra dinâmica através dum investimento inteligente nos sectores económicos de mais valia para Timor-Leste, tais como o turismo, a agricultura e pescas, e a industria petroquímica.

Com vista a melhorar o equilíbrio fiscal do país, está em curso uma reforma do sistema tributário alvejando maior arrecadação de receitas domésticas que poderiam ultrapassar os actuais valores de acerca de 7 a 8% do PIB, se tivéssemos prestado maior atenção à administração tributária.

Com cerca de 75% da população do nosso país a residir em ambiente rural, investir na pecuária e na agricultura não pode significar apenas comprar animais e distribuí-los pelos produtores ou investir na compra de sementes e distribuí-las pelos agricultores, esperando que os tractores, também distribuídos pelos agricultores com base em critérios duvidosos, possam lavrar os terrenos aráveis dormentes na maior parte do país. Para que estas iniciativas tenham sucesso precisamos de uma estratégia clara e interligada aos restantes sectores, como o económico ou o educativo. Estes investimentos trazem dividendos se conseguirmos criar um fio condutor entre a produção, a venda e o consumo, seja interno, seja externo. As cooperativas devem ser ainda mais acarinhadas pelo potencial papel que detêm no elo de ligação entre a produção e o mercado.

Temos o potencial turístico até agora sem sinais de séria prospecção e investimento. A natureza turística do país oferece-nos um manancial inesgotável de fontes de rendimento. É preciso investirmos com inteligência, aproveitando a crescente supremacia económica da Ásia, cuja classe média aspira a maiores oportunidades e ofertas de atracções turísticas.

Mas para chegar aí, é preciso uma visão clara, e uma estratégia intersectorial, sobre o impulso que se deve dar a esse sector, e é necessária uma preparação séria dos nossos recursos humanos e as infra-estruturas básicas para o turismo.

Vamos também continuar a apostar numa indústria petrolífera dinâmica e integrada. O desenvolvimento da costa sul já está projectada e irá contribuir para a criação de emprego e para o arranque do sector industrial no seu todo. O petróleo e os recursos naturais, devem ser um motor de fortalecimento dos sectores económicos tradicionais.

Infra-estruturas básicas de qualidade, são um aspecto crucial para permitir esta nossa ambição de diversificação e desenvolvimento económicos. Se existem planos e projectos concretos nesta área e se muitos destes já estão em franca implementação, temos que dar mais atenção à qualidade das obras no nosso país.

Exigir aqui profissionalismo, melhor planeamento, controlo de custos e uma boa relação entre o preço e a qualidade, quer dos materiais, quer dos recursos e empresas contratadas é uma prioridade incontornável. Estradas, pontes, portos, aeroportos, edifícios públicos e, também, telecomunicações e conectividade de qualidade são estruturantes para o futuro.

O estatuto da região do Oe-cusse Ambeno e Ataúro, onde será implementado o projecto-piloto da Zona Especial de Economia Social de Mercado, merecerá o nosso total apoio e atenção. Sendo um projecto pioneiro de desenvolvimento integrado que associa o desenvolvimento social ao desenvolvimento económico, acredito que a breve trecho estaremos perante um caso de sucesso em que o investimento público resulta em crescimento económico sustentável.

O objectivo é a melhoria efectiva das condições de vida da população do enclave e, também, da ilha de Ataúro, enquanto pólo complementar focado no turismo, trazendo-lhes progresso, emprego, cultura, acesso a serviços básicos de qualidade e no fundo a uma vida feliz e digna.

Podemos pois, senhoras e senhores, estar optimistas relativamente ao arranque do sector económico. Contamos com dois grandes líderes a apoiar este desenvolvimento, o Dr. Mari Alkatiri enquanto Presidente da Região Especial do Oe-cusse e o Senhor Kay Rala Xanana Gusmão enquanto Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico, naturalmente a pessoa ideal para, através deste ministério, apoiar na implementação da visão do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Excelências
Senhoras e Senhores,

Falar de desenvolvimento é também falar de justiça e de direito. Não vamos conseguir construir um país justo se não conseguirmos assegurar que a justiça seja um pilar fulcral na nossa sociedade, acessível a todos. Temos pois que melhorar o funcionamento das nossas instituições e tal só é possível com um reforço de capacidades e competências dos seus

quadros, o qual exige uma avaliação profunda ao sector da justiça e o estabelecimento de um novo quadro de cooperação adequado às necessidades do país.

E claro que é também nossa função continuar a promover a criação de um quadro normativo conducente a um país moderno e progressista. Tenho de mencionar aqui aquela que me parece ser uma das mais importantes Leis de que o país precisa ver aprovada - a Lei das Terras e Propriedades. É fundamental para o investimento, seja interno, seja externo, conseguirmos legislar sobre esta área sob pena de não podermos concretizar os projectos essenciais à criação de emprego.

Como já mencionei a saúde e a educação são áreas estratégicas e de transversal importância ao desenvolvimento de todos os restantes sectores. Como sabem sou médico de formação e não posso deixar de salientar o trabalho que os profissionais de saúde desenvolvem, muitas vezes em condições inadequadas pela falta de equipamentos, de higiene, de infra-estruturas. Isto é inaceitável. Não é possível termos medicamentos guardados num armazém e não no hospital ou no centro de saúde; não é possível não ter materiais para uma intervenção cirúrgica ou para a realização de um raio x, porque não foi comprado a tempo ou porque está à espera de uma autorização.

Cabe ao Ministério, ao Hospital e ao Centro de Saúde cooperarem e assumirem cada um as suas responsabilidades para que a população tenha acesso a serviços de saúde de qualidade. E se algo falha, se um funcionário, um dirigente ou um ministro não é capaz de realizar as suas tarefas então tem de ser responsabilizado, porque não está a ser profissional nem a defender os interesses do Estado. E isto aplica-se indiscriminadamente a todos os sectores, sem excepção.

Cabe ao Governo promover políticas e investimentos para garantir a todos os timorenses o acesso à alimentação, à água potável e ao saneamento básico, para assim também reduzir drasticamente a doença, a mortalidade infantil e, também, o insucesso escolar, porque uma criança saudável e bem alimentada tem muito mais capacidade de concentração e aprendizagem.

Se sou médico de formação, a minha paixão vai para a educação e a formação profissional. E se alguns progressos foram alcançados nestas áreas, do ponto de vista de enquadramento teórico e até legal, mais uma vez, a prestação de serviços nesta área está aquém das necessidades dos timorenses, está aquém daquilo que o Governo e os servidores públicos podem de facto fazer.

Podemos ter o melhor currículo para as nossas escolas ou universidades, mas sem uma boa gestão administrativa e financeira, um planeamento adequado, coordenação institucional, recursos humanos capazes, infra-estruturas ajustadas e metas orientadas para os resultados, corrigindo e ajustando constantemente aquilo que correu menos bem, os serviços básicos em áreas fundamentais como a educação, nunca poderão ser bem prestados.

Muitos desafios subsistem num país cujos professores precisam de aumentar as suas competências e qualificações e onde temos de lhes assegurar condições para exercerem tão nobre tarefa que é a de transmitir conhecimento às nossas crianças e jovens. Precisamos de empenho, motivação e profissionalismo. E precisamos de fomentar a aprendizagem e o domínio da língua portuguesa, e promover a sua utilização no ensino das ciências, da matemática e de outras áreas do saber. O desafio da educação não está apenas relacionado com as questões linguísticas mas também a nossa capacidade para ensinar com qualidade. Temos pois uma fundamental tarefa que é a de assegurar que a classe docente tem condições para aumentar as suas capacidades ao mesmo tempo que formamos novos professores com uma forte componente pedagógica e científica.

Acho ainda fundamental que as mulheres sejam cada vez mais encorajadas a prosseguir os seus estudos e a entrarem na força de trabalho. Já alguém o disse *“quando se educa um menino educa-se uma pessoa, quando se educa uma menina educa-se uma família inteira”*, e eu acrescentaria, uma Nação.

Um das iniciativas de que tive mais orgulho em participar, enquanto assessor no Ministério das Finanças, foi fazer o mapeamento dos funcionários deste ministério, identificando mulheres como potenciais gestoras, tendo depois providenciado apoio na ascensão delas para posições de direcção e chefia. As mulheres representam agora 32% da equipa de liderança do Ministério das Finanças, o que é inspirador.

É inacreditável que no mundo moderno de hoje os abusos contra a mulher e a violência doméstica sejam uma realidade em tantos países. Em Timor-Leste, infelizmente, isto também é uma realidade, a mulher na nossa sociedade é vítima comum de abusos e discriminação. Não podemos aceitar que a violência contra as mulheres, seja física ou psicológica, continue. Temos de a combater nas nossas casas, nos nossos empregos e nas nossas instituições.

Não querendo tomar mais do vosso precioso tempo, as minhas últimas palavras são dirigidas à Igreja Católica e demais confissões religiosas, à sociedade civil e aos cidadãos timorenses no geral. Aproveito esta ocasião, para fazer uma menção especial de agradecimento ao Reverendíssimo Bispo Emérito Dom Alberto Ricardo da Silva, pelo trabalho singular que realizou em prol dos timorenses. A Igreja Católica tem sido, durante séculos, um pilar fundamental para o povo timorense e a confiança agora depositada no Reverendíssimo Bispo Dom Basílio do Nascimento, para o cargo de administrador apostólico de Díli, é partilhada por todos nós.

A Sociedade Civil, nestes últimos anos, tem vindo a contribuir cada vez mais de uma forma responsável e participativa no processo de construção do Estado e da nossa democracia. O VI Governo irá continuar a investir nesta inclusão fundamental, também das ONGs e meios de comunicação social, pois é do interesse nacional dar mais impulso à vivência democrática no nosso país.

O processo de transformação para o país, precisa da participação de todos. Todos temos direitos e deveres e todos temos por isso que participar de forma responsável para a

construção do Estado e da Nação. Este governo pretende estabelecer parcerias onde todos têm uma função mais activa naquilo que é conhecido como auditoria social, em que os indicadores da acção governativa são passados a pente fino com maior isenção e responsabilidade, com vista a que todos juntos consigamos uma melhor prestação de serviços ao nosso povo.

Governar em diálogo, tirar o melhor partido das críticas construtivas e corrigir o que não demonstra resultados positivos, são compromissos que só poderão ser implementados com sucesso se houver a participação de todos. A construção de uma sociedade inclusiva e tolerante só é possível quando todos têm vontade de participar com responsabilidade no desenvolvimento nacional.

Também com os nossos parceiros de desenvolvimento, que têm sido uns aliados importantes nos nossos esforços de desenvolvimento, pretendemos continuar a fomentar a cooperação e a solidariedade institucional. Os timorenses têm a humildade de reconhecer que nunca estiveram sozinhos e que em conjunto é possível ir mais longe. Entretanto, temos que acertar os nossos métodos de trabalho, optando pelos princípios delineados na declaração de Paris, na agenda de acção de ACRA e nos compromissos assumidos no fórum de alto nível em Busan para uma Parceria de Cooperação Efectiva para o Desenvolvimento.

Temos que reinventar o mote - *Um por todos, Todos por um* - para a equipa deste executivo governamental.

Todos juntos podemos fazer melhor - deve ser o espírito que move a nossa sociedade, que será tanto ou mais solidária e unida quanto cada um de nós contribuir com um verdadeiro sentido de coragem, dever e responsabilidade para a construção colectiva da nossa nação.

Muito obrigado.

Dr. Rui Maria de Araújo
16 de Fevereiro de 2015